

# Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
(Organizador)



**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos**  
(Organizador)

# **Processos de Transformação do Mundo do Trabalho**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307  1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de.  CDD 331
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-



nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PAERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandeí Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de



leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3821903071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3821903072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3821903073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samantha Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3821903074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3821903075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>61</b>
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3821903076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>73</b>
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira  
Mickaelle Bezerra Calaça

**DOI 10.22533/at.ed.3821903077**

**CAPÍTULO 8 ..... 85**

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING  
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes  
Maria Juliana Moreira da Costa  
Jeovana da Silva Rodrigues  
Thais Rodrigues Ferreira  
Liliana Gama Oliveira  
Ranieli Cavalcante dos Santos  
Nataly de Fatima Sousa Martins

**DOI 10.22533/at.ed.3821903078**

**CAPÍTULO 9 ..... 95**

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA  
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho  
Keity Ayumi Akimura  
Silvana Souza Netto Mandalozzo

**DOI 10.22533/at.ed.3821903079**

**CAPÍTULO 10 ..... 111**

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA  
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann  
Flávia Xavier de Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.38219030710**

**CAPÍTULO 11 ..... 127**

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA  
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

**DOI 10.22533/at.ed.38219030711**

**CAPÍTULO 12 ..... 136**

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O  
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi  
Marilane Oliveira Teixeira  
Alisson Droppa

**DOI 10.22533/at.ed.38219030712**

**CAPÍTULO 13 ..... 145**

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas  
Amanda Alves dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.38219030713**

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>157</b>
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>167</b>
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>183</b>
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>198</b>
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>207</b>
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>216</b>
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>229</b>
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030720</b>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>243</b>
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030721</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>255</b>
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030722</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>271</b>
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030723</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>286</b>
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030724</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>300</b>
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030725</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>317</b>
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030726</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>333</b>
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38219030727</b>	

**CAPÍTULO 28 ..... 348**

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E  
SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA\*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

**DOI 10.22533/at.ed.38219030728**

**CAPÍTULO 29 ..... 359**

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA  
ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

**DOI 10.22533/at.ed.38219030729**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 369**



## TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL

**Willians Alexandre B. da Silva**

UNESP, Universidade Estadual Paulista – Marília,  
São Paulo

**RESUMO:** Como uma das atividades de longa existência na História do Brasil, o Trabalho Doméstico possui grande trajetória enquanto serviço, porém, sua regulamentação de fato vem ocorrendo aos poucos, sendo a última mudança mais expressiva a promulgação da Emenda Constitucional 72<sup>a</sup>/2013, a qual estendeu os benefícios previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943 à categoria, tendo em vista que o texto anterior considerava a atividade “sem fins lucrativos”. A regulamentação tardia salienta outros aspectos desta profissão enquanto atividade remunerada relacionado às suas determinações enquanto gênero, raça, e classe social, e seu impacto no valor enquanto *trabalho*. A seguinte pesquisa tem como foco as mudanças e persistências sobre esta profissão que data desde o período da escravidão no Brasil. Para tal feito apresentaremos dados do trabalho de campo que vem sendo realizado desde 2012 na cidade de Marília (SP), com foco em entrevistas com empregadas e empregadores. Em conjunto com a pesquisa de campo, comparamos os dados com indicadores sociais quanto gênero, raça e classe sobre a profissão, e o que a bibliografia histórica

e etnografias sobre o Trabalho Doméstico remunerado tem discutido sobre a profissão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho Doméstico; Gênero, Raça, Classe Social.

**ABSTRACT:** As one of the long-standing activities in Brazilian history, Housecleaner has a great trajectory as a service, however, its regulation has in fact been taking place gradually, the most significant change being the enactment of Constitutional Amendment 72/2013, which extended the benefits provided in the Consolidation of Labor Laws of 1943 to the category, considering that the previous text considered the activity “non-profit”. Late regulation emphasizes other aspects of this profession as a paid activity related to its determinations as to gender, race, and social class, and its impact on value as work. The following research focuses on the changes and persistence of this profession dating from the period of slavery in Brazil. For this purpose we will present data from the fieldwork that has been carried out since 2012 in the city of Marília (SP), focusing on interviews with employees and employers in this profession. In conjunction with field research, we compare data with social indicators on gender, race and class on the profession, and what the historical bibliography and ethnographies on Paid Housecleaner have discussed about the profession.

**KEYWORDS:** Housecleaner; Gender; Race; Social Class.

## 1 | INTRODUÇÃO

O Trabalho Doméstico remunerado no Brasil é um dos temas debatidos dentro das Ciências Sociais quanto a gênero, trabalho feminino, classe social, raça, entre outros indicadores sociais. Recentemente, com a Emenda Constitucional 72<sup>o</sup>, promulgada em 2013, a categoria profissional passou a ter os mesmos benefícios trabalhistas propostos na Consolidação das Leis Trabalhistas, de 1943. A conquista marca longa data de exclusão da lei que protege a classe trabalhadora no Brasil, ao todo foram 70 anos de invisibilidade perante a seguridade jurídica, fato este que implica a continuidade das pesquisas sobre este trabalho, que não se encontram esgotadas.

Além da situação jurídica, o Trabalho Doméstico no Brasil possui um histórico relacionado desde o período colonial, a qual gênero e raça estiveram intimamente ligados à sua essência. Enquanto exercício de manutenção do lar, é preciso deixar claro que este trabalho em grande parte da História do Brasil foi exercido por mulheres, o que muitas vezes leva a crer erroneamente que a associação entre contexto doméstico e gênero feminino estão naturalmente relacionados. Diante desta falsa proposição, o Trabalho Doméstico tem sido diferenciado na literatura estudada entre remunerado e não-remunerado (HIRATA & KERGOAT, 2007), assim como sua apreciação diante de seu histórico tem sido reconhecido não só como trabalho exercido por mulheres escravas durante o regime escravista, mas de maneira geral, pela mulher enquanto mãe, 'dona de casa', muitas vezes indicada como responsável pelas responsabilidades familiares.

A distinção se faz importante para perceber que alguns dos problemas principais sobre a categoria, quando apresentado sob a ótica de gênero, tem importância quando entendido não só enquanto profissão, mas relacionado ao entorno cultural, sendo esta uma tarefa não só de cuidados da casa como da manutenção da reprodução humana. Isto significa que, de maneira próxima, os dois tipos de distinção existente neste tema, entre remunerado e não-remunerado estão inter-relacionados ao associar a mulher às necessidades da casa, sendo a prestação deste serviço uma das conseqüências do ambiente cultural desfavorável à valorização e reconhecimento deste trabalho como tal.

Portanto, apesar de reconhecer o vínculo entre um e outro, deixamos claro aqui que nosso foco principal durante a pesquisa de campo e a bibliografia estudada se trata do Trabalho Doméstico exercido por terceiros em casas de famílias enquanto atividade remunerada.

Por este motivo, trabalhamos aqui com uma bibliografia que trata sobre a historicidade da profissão a partir da segunda metade do século XIX, período em que as alforrias eram mais evidentes e relacionado aos momentos derradeiros da

escavidão em que a transição do trabalho escravo para o livre teve seu impacto na remodelação da sociedade brasileira quanto a organização dos domicílios, dos espaços urbanos e rurais, e de um modo geral, o quanto houve de mudanças nas relações de trabalho. Em conjunto a este levantamento, abordamos textos que tratam sobre a questão de gênero/raça, e classe/raça como norteadores para tratar sobre a interseção dos indicadores sociais que estão relacionados a este trabalho.

Contribuindo para as bases do que será discutido ao longo deste artigo, esclarecemos que a pesquisa sobre este tema veio à tona quando solicitamos o financiamento de bolsa à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, para o projeto de iniciação científica intitulada “A empregada doméstica na cidade de Marília (SP): entre o ‘afazer’ doméstico e o dever do patrão”, o qual tinha como hipótese a existência nas relações entre empregadores e empregados dentro do Trabalho Doméstico resquícios do período escravista, próximo ao ambiente cultural de mando e obediência da relação entre senhor-escravo. A hipótese, além de ter sido levada a cabo por motivos pessoais, também estava atrelada a fala costumeira que associa a profissão à condição de escavidão.

Muitas vezes esta fala que ecoa no senso comum e de próprias empregadas tende a fazer críticas sobre as relações dita arcaica, em outras acaba por discriminar a profissão, porém, o que nos ficou como interesse foi a necessidade de perceber qual a credibilidade deste discurso, e entender a profissão como um objeto de estudo da História e das Ciências Sociais, seja pelas representações ou pelo levantamento de dados sobre sua atividade durante o período mencionado. A partir do momento em que passamos a compreender sua historicidade, situamos de melhor maneira a questão levantada sobre presente e passado, não só sobre a profissão, como sua relação quanto a gênero, classe e raça.

## 2 | HISTÓRICO SOBRE A PROFISSÃO

O intuito de levar em consideração a história por trás do Trabalho Doméstico se faz jus pela evidência de mais de 300 anos de escavidão no Brasil e sua conseqüente formação da concepção de trabalho – em especial o manual – exercido no país. Longe de perceber como um fator único e determinante sobre a realidade contemporânea, a reflexão permite questionar valores a partir de comparações com períodos distintos.

Por se tratar de um recorte muito extenso, entre o período escravista e o presente, optamos por fixar a atenção para o intervalo de tempo que marca a derrocada do sistema escravista, ou seja, o momento em que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre ocorreu em fins do século XIX, e o quanto esta mudança foi resistida por parte de interessados na manutenção do regime de trabalho forçado.

No segundo quartel do século XIX, com a proibição do tráfico de escravos pela Inglaterra com a lei de 1831 e ingerência sofrida pelo Brasil diante da principal fonte de

mão de obra para a economia exportadora, o ambiente político já declinava perante a dependência com relação ao regime escravista. Como mostra Jaime Rodrigues, o fim do tráfico era discutido na Câmara dos Deputados com os mais diversos argumentos, desde políticos contrários a interferência externa sob o regime até discursos humanitários que apontavam os abusos e violência sofridos por escravos durante o tráfico (RODRIGUES, 2000, p. 107).

Em resumo, a postura era claramente uma resistência por parte de representantes do interesse de proprietários de terras e escravos em prorrogar e manter o funcionamento do regime. A situação iria mudar a partir do momento em que a apreensão de embarcações clandestinas pudesse comprometer legalmente os receptores de escravos, e conseqüentemente, seus compradores, senhores de escravos (RODRIGUES, 2000, p. 110-111).

Em conjunto a essa ingerência externa, as ideias liberais que cada vez mais tomaram conta dos debates políticos passou a repreender a escravidão como uma 'corrupção dos costumes' (RODRIGUES, 2000, p. 118), visto então moralmente como responsável por muitas das mazelas do país. O argumento seria engrossado pela movimentação abolicionista, que ganharia mais força na segunda metade do século XIX (VIOTTI, 2008, p. 78)

Já com o preço de escravos elevado no mercado interno, a tendência para proprietários alforriarem seu plantel e continuarem como trabalhadores libertos nas casas e lavouras passou a ser mais evidente (VIOTTI, 2008, p. 63).

Entre os fatores de nosso interesse sobre esta transição, está a intenção implícita de setores dominantes da elite econômica em controlar a manutenção da autoridade senhorial, e sobre este aspecto, o Trabalho Doméstico serve como exemplo da situação, em que as mentalidades conservadoras eram o maior empecilho a superação do trabalho escravo como principal fonte de mão de obra para o país.

Lorena Féres da Silva Telles, em sua pesquisa sobre contratos de Trabalho Doméstico em São Paulo em fins do século XIX e início do XX, retrata como esta transição ocorreu e quais reações foram percebidas por parte de senhores/patrões. Em 1896, uma lei que compreendia os direitos e deveres de patrões e empregados era discutida na Câmara Municipal da Capital do Império (TELLES, 2011, p.36). Longe de defender a categoria enquanto profissão, o intuito da lei recaía sobre a liberdade de uma maioria de mulheres negras que experimentavam a mobilidade enquanto libertas (TELLES, 2011, p.37). Com o aumento de alforrias e crescimento da urbanização de cidades como Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, a demanda por empregados nas casas teve significativo aumento assim como a opção por escolha de trabalhos por parte de mulheres que transitavam entre as casas de patrões.

A mobilidade representava uma quebra na autoridade absoluta antes exercida por senhores sobre o cativo, tendo em vista que o regime forçado da escravidão tinha como principal meio de coerção a violência e a restrição da liberdade dos cativos, a transição para o trabalho livre era uma afronta às questões culturais e mentalidades a

que o Brasil estava envolvido desde o espaço público à intimidade do lar.

O registro de cadernetas de trabalhadores domésticos citado era feito pelo departamento policial, e poderia acarretar em multa aos patrões que não estipulassem a função pela qual o empregado(a) fosse admitido e a quantia a receber (TELLES, 2011, p. 39), a lei não restringia porém quantidade de horas trabalhadas, descanso e férias. A carta também assegurava o direito de aviso prévio antes de demissão e indenização por conta de descumprimento de qualquer inciso contratual por ambas as partes (TELLES, 2011, p. 40).

Apesar das jurisdição sobre esta relação de trabalho, a autora evidencia que as cadernetas muitas vezes serviram mais como controle e meio de punição à população liberta. Devido a mobilidade de trabalhos, o abandono de compromisso contratual era constante, e o registro foi instituído como uma forma de penalizar essa quebra na relação de respeito a autoridade (TELLES, 2011, p. 41).

Se a mobilidade era incomoda aos senhores, as garras do regime escravista não fazia com que mulheres escravas aceitassem de total acordo os excessos autoritários de seus proprietários. Pouco antes da libertação definitiva dos cativos, a convivência entre as duas condições de mulheres, entre libertas e escravas também marcava o ambiente de transição do regime forçado para o trabalho assalariado em fins do século XIX, e a maior expressão dessa resistência contra a manutenção da autoridade entre senhor-escravo se pronunciava pelos livros policiais os quais os registros denunciavam atos de rebeldia e desobediência por parte de mulheres escravas (TELLES, 2011, p. 78)

Mais do que uma forma de controle sob pena em valores, os contratos marcavam a discriminação por cor das mulheres libertas, como o exemplo a seguir:

“entrou para o serviço de minha casa, como cozinheira, Maria Galvão, preta, viúva, liberta, ganhando 20.000 mensalmente, por tempo indeterminado” (*Certificados*, p. 126 apud TELLES, 2011, p.99)

As distinções entre pretos, pardos, mulatos e brancos operava como uma extensão da autoridade de senhores em reconhecer alforriados longe do cativeiro, ao mesmo tempo em que marcava uma nova configuração das hierarquias sociais para tratar sobre o aumento de alforrias e a crescente evidencia da presença da população livre. (TELLES, 2011, p. 99-100).

Este aspecto das relações de trabalho, o estigma da cor e o controle sobre escravos recém libertos servirão de ponte mais adiante para tratar sobre os indicadores sociais no presente sobre o Trabalho Doméstico.

Outra questão importante que delimitava o Trabalho Doméstico até pouco antes da República eram as necessidades da casa. Como a falta de saneamento básico nas grandes cidades, muitas dificuldades do ambiente domiciliar eram resolvidas porta afora, o caso ícone desta situação era o problema de falta de água encanada, solucionado pelos chafarizes públicos, como cita Laime Mesgravis (1987, p. 85) em que

a concentração de lavadeiras registrava o espaço como lugar de comum convívio entre o público. A autora também cita a função dos chamados *tigres*, escravos responsáveis por recolher os dejetos e fossas das casas na ausência de esgotos (1987, p. 91-92).

A situação não era favorável também para o consumo de alimentos perecíveis, em especial armazenar víveres, carnes, peixes e aves, o que fazia com que o comércio nos mercados públicos, bancas e vendedores ambulantes representassem a fonte de consumo local nos espaços urbanos (GRAHAM, 1992, p. 55).

Maria Odila Leite, em seu trabalho sobre mulheres no espaço urbano em São Paulo em fins do século XIX, demonstra como a atividade de muitas mulheres além das trabalhadoras domésticas tornava a rotina da cidade mais agitadas. Entre as funções que mulheres escravas tinham quanto ao pertencimento a uma casa, estava o exercício das escravas de ganho, as quais tinham como renda a venda de quitutes em espaços públicos, renda arrecadada em nome de seus proprietários, mas significativo também para seu próprio benefício. Como consequência desta atividade, assim como a situação próxima de muitas escravas aos seus senhores, a alforria foi percebida como um fenômeno majoritariamente feminino (LEITE, 1984, p. 115).

Se a necessidade de empregadores nos domicílios estava relacionada com a debilidade encontrada em se fazer a manutenção da reprodução humana, a implementação de esgoto em cidades como o Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX (GRAHAM, 1992, p. 69) não poupou a presença de *criadas* neste espaço.

Pelo contrário, com a ‘europeização’ da então Capital nacional pautada em ideais de civilização e progresso, foram os resultados para a tentativa de um maior disciplinamento dos empregados da casa (TELLES, 2011, p. 42). Consta como necessidades inerentes a casa as atividades de alimentação, limpeza da casa, cuidado de crianças, lavagem, costura e engoma das roupas’ que constituíam ‘os alicerces do mundo social e político das elites e classes urbanas’ (TELLES, 2011, p. 43).

Antes de poupar empregados, a melhoria das condições das casas trouxe o reforço da associação entre afazeres domésticos e condição feminina. Marina Maluf, em sua pesquisa intitulada “Ruídos da Memória” (1995), construída a partir de memórias de mulheres da classe dominante na empreitada de expansão territorial do café frente às ‘bocas do sertão’, no Oeste Paulista, retrata trechos de diários pessoais de duas mulheres, que são mães, ‘donas de casa’ a qual viviam em outra realidade longe do espaço urbano, no qual demandava maiores esforços que a figura imaginada da mulher de elite ociosa no espaço urbano.

Os relatos dos diários revelam a rotina dessas duas mulheres, que de maneira sintética a autora procura identificar um perfil sobre a época de transição do século XIX para o XX quanto à condição feminina e de pertencimento à classe dominante. A rotina de trabalho em casa e em pequenas produções hortaliças, o ciclo de dar a luz, criar e ver crescer os filhos, e a responsabilidade com a família aparece como pontos em comum não só das interlocutoras da autora, como outros exemplos de relatos deixados como fonte histórica, também utilizada para falar sobre gênero à



época (MALUF, 1995, p. 20).

Em um dos trechos a autora retrata a atenção em especial de uma de suas interlocutoras para com sua empregada, dedicando um capítulo exclusivo destinado a ela. Durante o excerto a interlocutora retrata as melhorias feitas na casa, as quais constam:

um amplo e confortável tanque com água encanada, coberto com telhas francezas e enfeitado de plantas trepadeiras que lhes serviam de cortina, (...) abrigando-a dos raios fortes do sol assim como dos olhares indiscretos. (...) Tinha um fogão formidável onde não deixava faltar boa lenha e toda a bateria necessária. Uma grande pia com fatura d'água quente e fria. MALUF, 1995, p. 56)

As melhorias na casa antes de qualquer coisa servem para reforçar a função da empregada neste espaço. Apesar do esforço da interlocutora lembrar-se de sua empregada, Marina Maluf retrata que ao longo do diário esta pessoa a quem servia a casa some e se torna inexistente, como alguém próximo, mas ao mesmo tempo “um ‘nós’ que os nega e transforma-se em objetos, como se operasse um esvaziamento, ainda que inconsciente e não deliberado, da sua condição de sujeito.” (MALUF, 1995, p. 57)

A situação evidencia a contradição de classe entre as duas mulheres, mesmo com a devida atenção, a memória opera de acordo com a lógica da condição de classe. E se autora faz todo um trabalho de reconhecer que, ao retratar suas vidas enquanto experiências passadas, os sujeitos acabam por identificar pertencimento a diferentes estratos, como gênero, raça e classe, sendo assim, ao afirmar que o relato de mulheres e homens possuem características diferentes diante de gênero (MALUF, 1995, p. 84), podemos inferir que a memória, além de gênero, possui cor, e o trabalho que fizemos até aqui foi de evidenciar o lugar de trabalhadoras domésticas em fins do período escravista.

É importante frisar que o processo imigratório contundente em regiões como o Sudeste devido a expansão da economia cafeeira romperia com as oportunidades de ascensão da população cativa recém liberta, e serviços como o próprio Trabalho Doméstico passaria a ser concorrido com mulheres imigrantes vindas principalmente da Europa (FERNANDES, 1955, p. 44). Neste sentido, podemos indagar, houve uma troca completa da mão de obra negra pelo imigrante europeu sobre o Trabalho Doméstico? O que há como resposta é que essas e outras mudanças de caráter social e político afetaram profundamente as relações sociais inerentes a trabalhos exercidos majoritariamente pela população negra, e que consideramos importante atentar para este traço para perceber os desdobramentos posteriores ao fim da escravidão.

Levantamos aqui algumas questões que talvez já tenham sido superadas dentro do debate sobre relações raciais no Brasil, mas quando tratamos o tema sobre o Trabalho Doméstico sobre esta ótica algumas questões ainda nos parecem bastante pertinentes para analisarmos os dados referentes a indicadores sociais quanto a

profissão no presente.

Se em um primeiro momento da pesquisa nosso argumento histórico tomava conta das explicações sobre a realidade contemporânea, em outro, nos parece significativo compreender o meio de campo a que está atrelada a hipótese sobre a relação entre períodos distintos. A dificuldade de trabalhar com passado e presente talvez esteja na tarefa do pesquisador em não sobrepor um período ao outro como simples causa e efeito, de maneira que haja possibilidades além do determinismo histórico.

A situação faz reconhecer que, quanto maior a distância em que vivemos do período escravista, por mais elucidativo que ele seja, mais difícil é considerá-lo como argumento principal para as explicações sobre o presente. O mais viável neste momento nos parece compreender de que maneira alguns mecanismos de discriminação e cristalização de desigualdades – assim como foi a transição do trabalho escravo para o trabalho livre – foram possíveis com relação à sociedade, o trabalho, em um momento pós Abolição da escravatura.

### 3 | CLASSE, GÊNERO E RAÇA

Para tratar sobre estes três itens e seu vínculo com o tema apresentado aqui, introduzimos o contexto sobre a discussão de raça no Brasil e qual seu penso no campo da História e Ciências Sociais:

Os mitos sociais, como sabemos, são constantemente criados e destruídos. São uma parte integrante da realidade social e não devem ser vistos meramente como um epifenômeno. Na vida diária, mito e realidade estão inextricavelmente inter-relacionados. Os cientistas sociais e os historiadores operam no nível da mitologia social e eles mesmos, quer queiram quer não, ajudam a destruir e a criar mitos. (VIOTTI, 2010, p. 371)

No trecho acima a historiadora e socióloga Emília Viotti esboça uma forma de compreender o objeto de estudo de pesquisadores das ciências humanas de modo geral e a tarefa de trabalhar com fenômenos sociais. Retirado apenas como um excerto, o trecho relata a necessidade de se levar em consideração a composição deste objeto de estudo formado por mito e realidade, e ao mesmo tempo, a responsabilidade de cientistas sociais em destruírem e contribuírem para existência dos mesmos.

Emília Viotti está dialogando o tema em capítulo que trata sobre “O mito da democracia racial no Brasil” no período republicano (2010, p. 367) quanto ao debate acadêmico sobre as relações raciais no Brasil, como referência, a autora cita dois momentos marcantes em que destaca posições distintas quanto ao tema.

O primeiro caso, Gilberto Freyre durante a década de 1930 produziu obras e argumento o suficiente para ter sua colaboração sobre a ideia de harmonia entre as raças no Brasil, apropriado posteriormente pelo discurso político do embranquecimento da população. Apesar de seu reconhecimento do sistema escravista enquanto

responsável pelas discrepâncias raciais, principalmente de Nina Rodrigues quanto a visão implícita da inferioridade da ‘raça negra’ culturalmente aceita à época, Freyre recorreu a miscigenação para justificar a suposta igualdade de raças existentes no Brasil e exalta seu convívio harmonioso (VIOTTI, p. 368).

Após vinte anos depois, revisionistas deste mesmo argumento assumiriam a responsabilidade de analisar a situação da população negra e refutar a hipótese de Gilberto Freyre. Como resultado, os pesquisadores esclareceram sobre a discriminação da população negra e a conseqüente exclusão das formas de ascensão por meio do trabalho na sociedade pós Abolição (VIOTTI, p. 368). São exemplos desta geração autores como Florestan Fernandes, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, entre outros no cenário nacional.

Ao contrário de reforçarem o mito da democracia racial, Viotti cita o trabalho destes autores ao levantarem índices que demonstravam um quadro comprometedor sobre as relações raciais no Brasil quanto à oportunidades, acesso a educação, moradia, e identificaram a expressão cultural peculiar da sociedade brasileira “de terem o fundamental preconceito de não serem preconceituosos” (VIOTTI, 2010, p. 369).

Avançando nos estudos sobre o tema das relações raciais no Brasil, fomos orientados a conhecer a pesquisa do argentino Carlos Hasenbalg (1979), cuja obra “Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil” discute sobre esta questão e dialoga com os autores anteriormente citados, em especial Florestan Fernandes, que se debruçou com mais detalhes sobre a inserção do negro na dinâmica da sociedade capitalista.

O que nos chamou a atenção neste texto foi a postura do autor em levantar os principais aspectos excludentes sobre a população não-branca utilizando *raça* como uma categoria analítica, ou seja, os indicadores sociais são cruzados levando sempre em consideração o referencial cor para tratar sobre aspectos sociais da população negra, como: *os espaços geográficos ocupados por não-brancos; a concorrência com o fator imigrante; a ocupação profissional dentro do mercado diante da industrialização no espaço urbano; a mobilidade social quanto a realizações educacionais e ocupacionais; e sobre a representação política enquanto unidade identitária da população negra.*

Ao longo de seu argumento, Carlos Hasenbalg também discute sobre a apropriação que acadêmicos fazem sobre o período escravista como resposta para tratar sobre todos os problemas enfrentados pelos não-brancos posteriormente à Abolição. O autor revela que, de fato, a escravidão teria contribuído para que situações estruturais como: analfabetismo maciço, limitada diversificação de habilidades ocupacionais e grande concentração demográfica em áreas rurais à margem do desenvolvimento urbano.” (HASENBALG, 1979, p. 51)

Em contrapartida, o autor deixa claro que esta postura não esclarece por completo o presente, e cita que:

essa ênfase na continuidade com o passado pode levar a um conforto livre de culpa, já que se sabe que a atual condição dos negros não é em grande parte o resultado da discriminação vigente, mas, pelo contrário, advém da opressão do no passado escravista. (HASENBALG, 1979, p. 39-40)

Para diferenciar os tipos de argumentos que se pautam sobre esta perspectiva, o autor elenca duas situações sobre autores que as defendem: a) A predominância de diferenciações raciais deixadas pelo ambiente das relações moldadas pelo período escravista; b) A ênfase no caráter explicativo da escravidão sobre padrões interraciais, entre brancos e não-brancos, sobrevividas após o fim do regime escravista (HASENBALG, 1979, p. 59)

Florestan Fernandes é analisado dentro da segunda perspectiva. Hasenbalg reconhece a importância do autor para o tema no Brasil, mas propõe a compreensão dos dados que Florestan levanta como manutenção de um mecanismo que reforça privilégios dentro do presente (HASENBALG, 1979, p. 71)

Em síntese, o autor se preocupa em mostrar que além dos aspectos deixados pela escravidão, os problemas sobre discriminação e desigualdades raciais precisam estar situados também de acordo com o efeito e função que ele exerce no presente. Uma possível transferência de valores entre períodos não daria conta de compreender por completo os dados atuais, mas sim, de entender a maneira que eles se manifestam enquanto referências para os novos lugares e espaços ocupados pela população negra.

Neste sentido, o autor apóia a ideia de que dentro do mercado de trabalho, as chances de mobilidade social, a formação educacional e o preenchimento de cargos de alto nível de responsabilidade, a categoria analítica raça é contundente, pois revela desigualdades sobre o caráter ocupacional da população quanto a cor. Entre os dados revelados sobre raça e mercado de trabalho, o autor confirma o dado sobre o Trabalho Doméstico enquanto categoria que mais recebeu mão de obra negra até a primeira metade do século XX (HASENBALG, 1979, p. 172)

Em conjunto a este dado, o autor reforça a ideia de que qualificação profissional e ocupação tem uma relação direta para explicar o quadro entre brancos e não brancos no mercado de trabalho. O motivo da presença massiva de não-brancos dentro do Trabalho Doméstico seria justamente pela baixa necessidade de qualificação profissional (HASENBALG, 1979, p. 159)

Neste ponto, retomamos a atenção para nosso objeto de pesquisa levando em consideração o que já discutimos sobre a condição feminina entre os séculos XIX e XX. Além da questão sobre a qualificação profissional, o caráter depreciativo do não reconhecimento das atividades domésticas – enquanto manutenção da reprodução humana – tem seu peso nas relações de gênero.

## 4 | TRABALHO DOMÉSTICO HOJE

Ao perceber esta questão, reconhecemos que a descentralização da visão masculina sobre as Ciências Sociais e História e o abarcamento da perspectiva feminina (SCOTT, 1992, p. 86), tende a dar maiores recursos sobre esta concepção histórica da ‘desqualificação’ de alguns trabalhos. Em suma, a organização cultural e social a que por longo período esteve associado indiscutivelmente papéis femininos e reprodução humana (ORTNER, 1979, p. 108) reforça este aspecto de menor valor entre os serviços ocupados majoritariamente por mulheres, não só enquanto afazeres domésticos, mas todas concepções sobre ‘o lugar da mulher’.

Já há tempo que a questão de raça, assim como gênero e classe tem sido discutida enquanto *interseções* para reconhecer que apesar de terem abordagens diferentes, um fenômeno como o racismo – por exemplo – pode estar atrelado à uma discriminação de gênero assim como efeitos de desigualdades sociais.

Hoje o Trabalho Doméstico remunerado possui alguns índices que ecoam as descrições previstas até aqui. Com dados baseados na PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - de 2011, realizada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, cerca de 6 milhões de pessoas atuam na área de *serviço doméstico* no Brasil, sendo 92% referente ao gênero feminino, e deste total, 61% são mulheres negras, 11% a mais do que a metade do percentual total. Dados do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico - (2012, p.148) revelam que a ocupação é a que continua a receber o maior contingente de mulheres negras comparado a outros setores de expressiva mão de obra feminina, como o setor de serviços e comércio. Além desses dados, a profissão é caracterizada por ter baixos salários, pouca seguridade social e alta taxa de contratação informal. O que se espera é que a nova regulamentação de 2013 – com o tempo – possa pressionar juridicamente para que esses dados sofram mudanças.

O dado esperançoso sobre a profissão é de que a faixa etária de mulheres ocupando esta área de serviço tem se concentrado mais entre mulheres no processo de envelhecimento e menos entre jovens de 18 a 24 anos, o que indica uma transição para outras áreas e novas perspectivas de trabalho para além do Trabalho Doméstico (DIEESE, 2012, p. 151). Em contrapartida, este dado não revela se a mão de obra feminina e jovem tem migrado para a condição de diaristas, pois o número de empregadas sob esta condição tem aumentado pelo menos 10% em grandes capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Salvador (DIEESE, 2012, p. 156), em detrimento do número de mensalistas com carteira assinada.

Em campo, durante a pesquisa realizada em 2012 na cidade de Marília (SP), os dados também foram significativos. Apesar de registrar características sobre classe, gênero e raça, o aspecto principal estudado foi sobre as relações sociais presentes neste trabalho. De fato a extensão das heranças do período escravista não poderiam permanecer imunes nos dias de hoje, mas a articulação entre gênero (sobre o número

total de pessoas entrevistadas 10, todas mulheres), classe (deslocamento da maioria das entrevistadas de bairros periféricos à áreas nobres da cidade), e a cor (pelo menos metade do universo pesquisado foi representado por mulheres negras) foram significativos.

O relato de entrevistadas tocou superficialmente sobre a questão associada a escravidão, mas mesmo assim esteve presente, como no trecho a seguir:

Logo que conhecemos Márcia ela havia tocado na palavra “*escravidão*”, não comentamos de primeira sobre o pano de fundo do projeto, retomamos seu comentário outra vez e a associação que ela fez foi sobre a situação da empregada doméstica, “*o que muda da escravidão? Poder ir e vir?*” (SILVA, 2013, p. 36)

Contudo, pelas entrelinhas era possível identificar como na prática o que pesquisadores acadêmicos buscam enquanto dados podem estar caracterizados de acordo com o ambiente cultural representado pela rotina de trabalho, a família para quem se trabalha e a própria casa, como meio de convívio. As determinações de gênero não aparecem como foram esboçadas aqui, mas a responsabilidades de muitas mulheres entrevistadas estava relacionada entre o trabalho fora de casa e o cuidado com sua própria família, quando não, a própria vida conjugal representava um problema à autonomia financeira e liberdade para o trabalho.

O caráter de raça apareceu em situações extremas em que mulheres negras possuíam um longo histórico de trabalho doméstico marcado por problemas contratuais, negligências sobre a previdência social, os quais muitas vezes descoberto após demissões ou fim da relação de trabalho, marcando assim a marginalidade do grupo. Além destes detalhes, a cor, como foi citado, foi expressiva sobre o número de mulheres trabalhadoras entrevistadas.

Quando estes fatores são apresentados perante classe social, tendem a enfatizar as disparidades que estão relacionadas entre si, em campo não aparecem como índices, mas como estratégias de manutenção do baixo rendimento salarial, como exemplo, o ato de ir a pé para o trabalho com o intuito de economizar o vale transporte, o deslocamento de bairros afastados do centro em direção a áreas nobres da cidade para o serviço, e uma das práticas que correntemente é associada ao Trabalho Doméstico, sobre as trocas materiais entre empregadores e empregados já discutidos por Jurema Brites (2001).

A prática já pertencia a realidade da profissão desde o final do século XIX, como uma forma não só de manutenção da casa das empregadas, como também dos filhos e marido (TELLES, 2011, p. 91). Entre as doações estavam móveis, alimentos, roupas e acessórios descartados pela família dos patrões. Em nossa pesquisa, observamos mais do que um caso de troca, e sim de prestação de serviços ocorrido entre uma empregada entrevistada que havia acabado de receber seu filho caçula e atenção médica dada por sua patroa devido à sua formação como pediatra.



## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a tantas descrições sobre passado e presente, é possível perceber que os três indicadores relacionais gênero, raça e classe muitas vezes ficam implícitos um ao outro. Dentro do Trabalho Doméstico essa questão se torna ainda mais latente pelo motivo da proximidade e intimidade a que sempre esteve envolvida a profissão.

A ligação direta com patrões muitas vezes tende a desmanchar desigualdades, fato este levantado por autoras como parte das ‘domesticções’ inerentes a este trabalho (KOFES, 2001; CUNHA, 2007), ou seja, é preciso manter a *horizontalidade* proposital entre os dois lados para que haja uma convivência diária. A resposta a estes descompassos talvez esteja na representatividade política enquanto categoria profissional de empregadas, mas na cidade não há a consolidação desta proposta.

A situação talvez seja reflexo da rotina a que muitas entrevistadas estava imersas, de jornada de trabalho fora e dentro de casa, cotidiano que compõe o dia a dia dessas mulheres. Algumas informações foram obtidas sobre a representatividade política de mulheres na cidade, como o trabalho de Tânia Brabo (2008), o qual identifica a presença dominante de homens na política local até os anos 2000. A entidade de mobilização local mais expressiva está representada pelo Conselho da Mulher, que atua na cidade desde a década de 1980 e tem demonstrado força para se articular diante das necessidades políticas inerentes a condição feminina na cidade.

A pesquisa sobre o Trabalho Doméstico ainda demanda outras necessidades, é preciso não se apoiar diretamente em concepções históricas para falar sobre o presente da profissão, esta tem sido uma saída para diagnosticar os indicadores sociais, mas observamos a tarefa de compreender no presente em nome de quem o benefício de ter empregadas é reiterado em nossa sociedade atual.

## REFERÊNCIAS

CUNHA, Olivia Maria, Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In \_\_\_\_\_ e GOMES, F. S (Orgs.) **Quase-Cidadão: Histórias e Antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 377-418.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DIEESE. O Emprego Doméstico nos anos 2000. In: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

FERNANDES, Florestan. Do Escravo ao Cidadão. In: BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan (Orgs.) **Relações Raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Editora Anhembi, 1955.

\_\_\_\_\_. **A integração do negro na sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande&Senzala**. 51ª ed. São Paulo: Editora Global, 2006.

GRAHAM, Sandra. **Proteção e Obediência: Criadas e seus Patrões no Rio de Janeiro 1860 – 1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. tradução de Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas Configurações da divisão sexual do trabalho**. Tradução de Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

KOFES, Suely. **Mulher, Mulheres: a relação entre patroas e empregadas domésticas. A identidade nas armadilhas da diferença e da desigualdade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

MALUF, Marina. **Ruídos da Memória**. São Paulo: Editora Siciliano, 1995.

MESGRAVIS, Laime. **O Viajante e a cidade (a vida no Rio de Janeiro através dos viajantes estrangeiros da primeira metade do século XIX)**. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Livre Docente em História. São Paulo, 1987.

ORTNER, Sherry. “Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?” In: ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Louise (Orgs.) **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas: Unicamp, 2000.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

VIOTTI, Emília da Costa. **Da Monarquia à República**. São Paulo, Fundação Editora Unesp: 1998.

\_\_\_\_\_, Emília da Costa. **Abolição**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2008.

SILVA, Willians Alexandre. **A empregada doméstica na cidade de Marília (SP): entre o ‘afazer’ doméstico e o dever do patrão**. Relatório Final da FAPESP, 2013.

## SITES

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.**

<<http://www.ibge.gov.br/>> Acessado em: 21/02/2016.

**Site do Planalto** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm) Acessado em: 13/03/2018

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos** - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). [orcid.org/0000-0002-5472-8879](https://orcid.org/0000-0002-5472-8879). E-mail: <[awsvasconcelos@gmail.com](mailto:awsvasconcelos@gmail.com)>.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-438-2

